



Cavaco começa a avaliar riscos da reforma do Estado

Despesa Chegaram ontem a Belém os diplomas do novo horário das 40 horas semanais e o regime de requalificação dos funcionários públicos.

Marta Moinho Oliveira
marta.oliveira@economico.pt

Belém recebeu ontem os diplomas da requalificação dos funcionários públicos (mobilidade especial) e do alargamento do horário de trabalho para as 40 horas semanais. Cavaco Silva começa agora o trabalho de avaliação dos riscos de inconstitucionalidade da reforma do Estado. Se tiver dúvidas - e quiser evitar que as medidas possam ser travadas quando já estão no terreno - tem de enviar os dois diplomas para o Tribunal Constitucional (TC) até à próxima sexta-feira.

Segundo a Assembleia da República, os dois diplomas seguiram ontem para promulgação e o Diário Económico apurou que deram entrada em Belém também ontem, o que serve de referência para a contagem de prazos. A Constituição da República Portuguesa diz que o Presidente tem 20 dias para promulgar os diplomas, mas tem oito se quiser pedir a fiscalização preventiva, ou seja, esclarecer dúvidas de constitucionalidade.

A possibilidade de Cavaco Silva pedir a fiscalização preventiva ao TC não está excluída, dada a pressão que existe para que os diplomas sejam analisados pelo TC. Os sindicatos e os partidos da oposição têm levantado dúvidas e, por isso, mesmo que Cavaco nada faça é expectável que os diplomas acabem por ir para análise dos juizes do Palácio Ratton numa fase seguinte. Além disso, o Governo quer que todas as dúvidas sejam esclarecidas antes da entrada em vigor dos diplomas. O objectivo do Executivo de Passos Coelho é evitar que as novas regras sejam travadas quando já estão no terreno a produzir efeitos. Este foi, aliás, o plano defendido pelo Governo junto da 'troika'.

Mas para isso é preciso que o Presidente decida enviar os diplomas para o TC antes de os promulgar. Um passo que só se verificará se houver fundadas dúvidas. Cavaco Silva, que está agora de férias no Algarve, mantém-se em contacto com os seus assessores e dispensa todos os dias algu-



mas horas ao trabalho, tempo esse que é usado para analisar diplomas, trocar relatórios e despachar o que é preciso.

Além dos argumentos políticos - do Governo e da oposição - que representam uma pressão para o envio dos diplomas preventivamente para o Constitucional, existe o argumento orçamental. O Governo comprometeu-se a conseguir um défice de 5,5% do PIB este ano, contando com algumas medidas de poupança na Função Pública, entre elas o novo sistema de requalificação dos trabalhadores e o alargamento em cinco horas do horário de trabalho no Estado. Só com estas duas medidas - conjugadas com o programa de rescisões -, o Executivo prevê poupar 86 milhões de euros este ano.

Recorde-se que os técnicos do Parlamento admitiram na semana passada que as despesas com pessoal podem derrapar 300 milhões de euros este ano, sinalizando que o Governo está muito dependente de uma boa aplicação dos cortes que incidem sobre os funcionários públicos para evitar desvios.

O novo regime de requalificação (que substitui o da mobilidade especial) prevê um período máximo de 12 meses de permanência, no fim do qual os trabalhadores poderão optar por ficar em lista de espera para uma eventual colocação, mas sem receberem qualquer rendimento, ou escolher a cessação do contrato de trabalho, com direito a subsídio de desemprego. Nos primeiros seis meses, o trabalhador recebe o equivalente a dois terços do salário, caindo para metade do salário enquanto permanecer na requalificação (ver infografia). Este regime complementa o programa de rescisões que arranca a 1 de Setembro.

Já o novo horário alarga o tempo de trabalho semanal das 35 para as 40 horas e assim que for publicado em Diário da República tem de ser aplicado 30 dias depois. Este prazo serve para dar tempo de adaptação aos serviços.

Para 2014, o Governo prevê poupanças maiores com estas duas medidas, que devem atingir os 652 milhões de euros, tendo em conta também as rescisões. ■

POUPANÇA EM 2013

86 milhões

As rescisões, a requalificação e o novo horário de trabalho devem permitir poupar 86 milhões de euros este ano.

POUPANÇA EM 2014

566 milhões

Com as desvinculações e a mobilidade especial o Executivo estima poupar 566 milhões de euros no próximo ano.



O CAMINHO PARA UM FUNCIONÁRIO PÚBLICO SAIR DO ESTADO

O Governo quer eliminar 30 mil postos de trabalho na Administração Pública por via da articulação entre as rescisões e a mobilidade. O mecanismo de rescisões voluntárias é complementado pelas regras mais duras da bolsa de mobilidade (agora designada de "requalificação") para acelerar as saídas. O alvo prioritário das rescisões é o pessoal administrativo e operacional, de qualificações baixas/médias. Contudo, para a nova mobilidade podem entrar praticamente todos os funcionários, excepto os nomeados. O objectivo é poupar 394 milhões de euros até 2015.



Helder Rosalino
Secretário de Estado da Administração Pública

Menos de 50 anos: 1,5 salários + suplementos por anos de serviço
50 a 54 anos: 1,25 salários + suplementos por anos de serviço
Mais de 55 anos: 1 salário + suplementos por anos de serviço

O chefe propõe rescisão (com ícone de pergunta e medalha)

O chefe não chama o trabalhador (com ícone de Portugal)

Aceita rescisão (com ícone de medalha)

Não aceita rescisão (com ícone de X)

Sistema de Requalificação (antiga Bolsa de Mobilidade)
 0 meses: 66,7% do salário
 6 meses: 66,7% do salário
 12 meses: 50% do salário
*Proposta final de acordo com os sindicatos

Despedimento com indemnização e subsídio de desemprego
 Menos vantajoso do que no programa de rescisão.

Recebe indemnização em Janeiro de 2014. (com ícone de dinheiro e calendário)

Salda do trabalhador a 31 de Dezembro de 2013 sem subsídio de desemprego. (com ícone de trabalhador e Portugal)

Continua no posto de trabalho.

Infografia: Marta Carvalho | marta.carvalho@economico.pt